

**Nome da Atividade:** Avaliação de Planos Diretores: métodos, técnicas, modelos e indicadores

**Organização responsável:** LEDUB/UFRJ

**Relatoras:** Aline Sousa, Daiane Santos, Thamara Francisconi e Júlia Aleixo (LEDUB/UFRJ).

**Contexto (temática abordada e principais pontos de atenção):**

Palestrante:Alex Magalhães (LEDUB/UFRJ)

A Oficina buscou socializar o objeto da pesquisa do LEDUB/UFRJ chamada “Análise da implantação dos planos diretores nos municípios fluminenses pelos diversos atores políticos e sociais: horizontes para a revisão”, iniciado em 2017 com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Para a pesquisa foi definido um universo de pesquisa de 15 municípios fluminenses para a realização de apontamentos e reflexões sobre os possíveis horizontes das próximas revisões dos Planos Diretores. O palestrante Professor Doutor Alex Magalhães (LEDUB/UFRJ), coordenador do projeto, abordou sobre a institucionalização do Plano Diretor na legislação brasileira como a Constituição Federal (1988) e Estatuto da Cidade (2001), indicando aspectos da obrigatoriedade, revisão e outros. A elaboração dos Planos começou a ser uma meta nacional com a criação, entre os anos 2003-2008, do Ministério das Cidades e do CONCIDADES, o que proporcionou uma “enxurrada” de Planos Diretores no período de 2006-2008, conseqüentemente, se institucionalizando na vida política, dando efetividade ao planejamento urbano e regional. O momento atual indica o “vencimento” de um quantitativo significativo de Planos a ser revisado entre 2016 e 2018, o que sugere a oportunidade de avaliação da execução/aplicação/implantação dos Planos. Entre as questões emergentes na pesquisa estão: qualidade dos Planos, acompanhamento da sua implantação, avaliação dos resultados/efeitos/impactos sobre a gestão urbana, examinando o “descompasso” social, integrando o Plano com a realidade. Já para os desafios da avaliação para a revisão dos Planos Diretores estão: a necessidade da definição de metodologia de avaliação, ir além de um diagnóstico do município, a busca de referências para a avaliação, construção de indicadores de natureza, quantitativa e qualitativa. Ainda, a oficina indica o rascunho de uma matriz de indicadores em 4 (quatro) blocos: i)

regulamentação dos instrumentos da política urbana; ii) aplicação dos instrumentos da política urbana previstos nos Planos Diretores; iii) grau de articulação e coerência entre o Plano e outros processos de planejamento; iv) mecanismo de acompanhamento da execução do Plano em efetivo funcionamento. Logo, em linhas gerais, as questões para debate são: em que medida os itens expostos podem ser adotados como indicadores a avaliação dos Planos Diretores? Como redefinir e complementar uma matriz de avaliação? Qual é a condição de testar os indicadores e proposta de ação coletiva para 2018?

### **Encaminhamentos e recomendações:**

Debatedores: Cid Blanco Jr (Modelar a Cidade), João Pedro (Casa Fluminense), Luis Valverde (CAU-RJ), Tarcyla Fidalgo (LEDUB).

Cid Blanco Jr: Registrou que a análise dos Planos Diretores deve ter a menção do momento atual de crise financeira e política, situação completamente diferente da época da campanha dos Planos Diretores Participativos. O Rio de Janeiro deve ser comparado com outra capital para que a análise tenha mais consistência. É preciso realizar análises temporais que ajudam para a reflexão dos Planos Diretores e avaliação da aplicação e efetividade, a partir disso é possível fazer um debate sobre o modelo de plano diretor. A questão da capacitação dos gestores municipais para a elaboração pode ter influenciado no conteúdo dos Planos, além da problemática dos prazos estabelecidos. Neste aspecto, faltou a coordenação do Governo Federal, bem como o Estadual. Verifica-se dividir a análise da pesquisa em blocos fechados, a partir das particularidades, como o número de habitantes, relevância territorial, política e econômica – realizar a divisão de categorias para a comparação com a elaboração de critérios, elegendo um modelo de Plano que funcionou como meta, a exemplo o Plano Diretor de São Paulo. Além disso, deve-se salientar sobre a análise das alterações sofridas nos diferentes planos de governo e legislativo, o que mostra a fragilidade dos instrumentos urbanísticos.

João Pedro: É importante verificar a complexidade das ações coletivas. Entre elas estão a avaliação de indicadores, acesso às informações públicas (Lei nº 12.527/2011), indicar o entendimento se o Plano Diretor foi efetivo e teve como disseminar as

informações necessárias para a população ter conhecimento a fim de estabelecer espaços e terrenos para o estabelecimento de instrumentos de lutas através das mobilizações. Isso tem que ser visto como um planejamento para a diminuição de desigualdades sociais e territoriais. O Plano Diretor não deve ser somente um documento técnico, pois a população precisa se apropriar de seu conteúdo como um mecanismo efetivo – a denominação “Plano Diretor Participativo” deve ser realmente efetiva. Assim, tem-se como ação para 2018 o estabelecimento de caminhos para que a população tenha mais acesso para a apropriação do conteúdo dos Planos Diretores com o objetivo geral a conquistas de lutas sociais para o fortalecimento da cidadania direcionada a mudanças realizadas pela gestão participativa para a efetividade dos instrumentos urbanísticos dos Planos.

Luis Valverde: Entre as palavras chaves da apresentação, estão: Convergência, 2018 e Ação Coletiva. Os desafios para a pesquisa se deparam com a construção de uma rede de avaliação para emponderar a sociedade civil e não ficar numa posição somente limitada a avaliação. Ou seja, é relevante favorecer o acesso às informações sobre os conteúdos dos Planos para o engajamento coletivo, objetivando as construções de pautas de interesse da população. Os conselhos técnicos, como a CAU e o CREA, possuem a competência de refletir aspectos regionais, contudo podem assumir posturas mais efetivas para a defesa dos interesses coletivos, como um meio de cobrar o Poder Executivo Municipal sobre a aplicação dos Planos Diretores, bem como estar mais a par das discussões da Política Urbana. Outra questão é que os conselhos da política urbana devem ser cobrados pelo acesso às informações sobre as suas discussões, pois uma linguagem mais técnica pode afastar a população das questões urbanas. É necessário o fortalecimento de informações e ferramentas que possuem a cooperação técnica entre os órgãos de interesse. Ainda, a espacialização dos conteúdos dos Planos Diretores, como os mapas temáticos, é um mecanismo importante para disseminar a informação para o estabelecimento de discussões regionais e locais. É importante utilizar como exemplo os Planos de Saneamento Básico, que tem a sua elaboração realizada a partir da Bacia Hidrográfica, o que favorece a construção de encontros para uma proposta de cooperação técnica com os outros conselhos (CAU, CREA, etc.).

Tarcyla Fidalgo: É importante destacar quatro pontos de reflexão sobre os desafios que retratam a avaliação de indicadores: i) as especificidades dos municípios e o desenvolvimento de uma única matriz de indicadores para o desenvolvimento das análises da pesquisa; ii) a multiplicidade de agentes envolvidos nos processos do Plano Diretor, além de compreender as contribuições da conjuntura política local; iii) observar a revisão dos Planos Diretores dentro do atual contexto de um novo projeto político nacional - refletir sobre o momento atual e os possíveis encaminhamentos do planejamento urbano brasileiro; iv) verificar o problema da avaliação sobre a elaboração dos Planos, como o processo participativa. Além disso, observar a aplicabilidade e os efeitos das práticas efetivas dos Planos Diretores através dos mecanismos de acompanhamento, por dados diretos e indiretos nos três momentos do Plano (elaboração, aplicação e revisão).

Falas do público:

Julio Cesar (Jornalista): Teve como pergunta inicial se os Planos Diretores são em maioria possuem caráter construtivo ou deliberativo, onde o Prof. Alex Magalhães indicou que isso só se aplica aos órgãos públicos, já os planos diretores são mais debatidos sobre os seus conteúdos. Indicou a falta de questões efetivas no Plano Diretor, como o estabelecimento de metas e cronogramas, pois a predominância de tais aspectos genéricos aponta a fragilidade dos Planos Diretores para o enfrentamento de pautas locais dos municípios.

Cláudio (Advogado): É necessário refletir sobre a avaliação da legislação e a dificuldade do retorno de questionamentos ao Poder Executivo Municipal. Sociedade Civil, como responsável a fazer o funcionamento de maneira ordenada. Além disso, depreende-se com a dificuldade e desafios dos processos participativos e a falta de profissionais do Direito na gestão pública da política urbana, que é majoritariamente contemplada por arquitetos e urbanistas, o que poderia melhorar o corpo técnico das secretarias municipais.

Michel (Consultor em Arquitetura/Trabalhou no mercado imobiliário - corretor): Apontamentos sobre a influência eleitoral e do populismo local do município na elaboração, aplicação e revisão dos Planos Diretores, a partir dos efeitos dos projetos

políticos de governo na política urbana municipal. No que se refere a fase da implementação, deve-se levar em conta os mecanismos de política para colocar em prática o PD. Ainda, é importante observar que a discussão da política urbana, principalmente do Plano Diretor, deve sair da “bolha” acadêmica e “penetrar” na sociedade civil, como objeto de mudanças das conjunturas políticas e sociais dos municípios.

Marcos (Consultor – Arquiteto formado na FAU/UFRJ): Verificar os problemas no monitoramento dos Planos Diretores a partir das metas, ações e indicadores e como a população pode obter mecanismos para avaliar o Plano. Além disso, reconhecer como as dificuldades do acesso às informações públicas podem influenciar no estabelecimento do monitoramento dos Planos. Vale indicar a falta de alinhamento dos Planos com a legislação orçamentária municipal indica a necessidade de um monitoramento anual. Nesse processo, verifica-se a importância da vinculação de outros conselhos técnicos como a CAU ao processo de acompanhamento do Plano Diretor. Proposta de convergência para 2018: avaliação e comparação de Planos Diretores elaborados em municípios de pequeno porte, com o intuito de observar os aspectos da falta de participação de instituições engajadas, em um contexto municipal em que as dinâmicas e interesses políticos possuem maiores poderes locais.

Eleonora (ONU-HABITAT): A denominação “participativo” aplicada ao Plano Diretor indica refletir sobre a questão da metodologia dos indicadores para avaliação do processo participativo. A verificação da “legitimidade” das audiências públicas permite a necessidade do monitoramento da gestão participativa na elaboração dos Planos Diretores.